STJ00098026

1 PROCESSO CIVIL MODERNO

JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA
TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

PARTE GERAL E PROCESSO DE CONHECIMENTO

- Fundamentos do processo civil moderno
- Exercício da ação, formação e desenvolvimento do processo
- Procedimento ordinário
- Procedimento sumário

4.ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

STJ00098026

1 PROCESSO CIVIL MODERNO

José Miguel Garcia Medina
Teresa Arruda Alvim Wambier

Parte Geral
e
Processo de Conhecimento

4.ª edição revista, atualizada e ampliada

1.ª edição: 2009; *2.ª edição:* 2011; *3.ª edição*: 2013.

© desta edição [2014]

Editora Revista dos Tribunais Ltda.
Marisa Harms
Diretora responsável
Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor
sac@rt.com.br

Visite nosso *site:* www.rt.com.br

Impresso no Brasil [03-2014]
Universitário (texto)

Fechamento desta edição [14.03.2014]

10001153

EDITORA AFILIADA

ISBN 978-85-203-5188-8

STJ00098026

SUMÁRIO

Agradecimentos 5

Apresentação da coleção 7

Nota à 4.ª edição 9

Introdução

1. Objetivo dessa obra 31
2. Evolução dos institutos fundamentais do processo civil 32
3. Novos perfis do procedimento de cognição 33
4. Plano do trabalho 33

1
Fundamentos do processo civil moderno

1.1 Conceito e fins do processo civil 36

1.1.1 A lide e o processo 36

1.1.2 O processo e outros métodos de solução de controvérsias 37

1.1.3 Processo e direito material 38

1.1.4 Estrutura do processo 39

1.2 Transformações da sociedade e do direito material, e consequente aumento da importância do processo no atual contexto jurídico-social 39

1.3 Processo e direito à participação procedimental 42

1.4 Função jurisdicional 45

1.4.1 Noção de jurisdição 45

1.4.2 A função jurisdicional no Estado Constitucional Democrático de Direito 47

1.4.3 Juiz, sistema de regras e princípios e criação da solução jurídica 47

STJ00098026

1.4.4 Repercussões da solução jurídica apresentada pelo órgão jurisdicional 49

1.4.5 Jurisdição contenciosa e voluntária 50

1.4.6 Tutelas preventiva ("inibitória") e ressarcitória 51

1.5 A relação jurídica processual e seus princípios 52

1.5.1 O processo como sistema interacional 52

1.5.2 Proteção da legítima confiança 55

1.5.3 Boa-fé objetiva processual 57

1.5.4 Cooperação entre os sujeitos do processo 59

1.5.5 Economia processual 60

1.6 Processo e procedimento 61

1.6.1 Repercussão da distinção. Normas processuais e normas procedimentais 61

1.6.2 Adequação do procedimento ao direito material 62

1.6.3 Tipicidade e atipicidade dos procedimentos 63

1.6.4 *Déficit* procedimental e flexibilização dos procedimentos. Análise de alguns exemplos 64

1.7 Garantias mínimas do processo, decorrentes do princípio do devido processo legal 66

1.7.1 *Due process of law*, processo "justo" ou "equitativo" 66

1.7.2 Direito de ação e tutela jurisdicional adequada 68

1.7.3 Contraditório efetivo e direito das partes ao diálogo com o órgão jurisdicional. As "decisões-surpresa" 70

1.7.4 Duração razoável do processo 71

1.7.5 Motivação das decisões judiciais 74

1.7.6 Princípio do juiz natural e sua violação 75

1.7.6.1 A preocupação com a imparcialidade do juiz 75

1.7.6.2 Juízos de exceção 75

1.7.6.3 Princípio da identidade física do juiz 75

1.7.6.4 Acesso ao órgão colegiado nos tribunais 76

1.7.7 Princípio da publicidade 77

STJ00098026

2
Exercício da ação, formação e desenvolvimento do processo

2.1 Requisitos processuais 79

2.1.1 A função dos requisitos processuais 79

2.1.2 Relação entre os pressupostos processuais e as condições da ação 81

2.1.3 Requisitos *do processo e dos atos* realizados ao longo do procedimento 82

2.2 Exercício da ação 84

2.2.1 Conteúdo da ação 84

2.2.1.1 Princípio da demanda e direito de ação 84

2.2.1.2 Elementos da ação 86

2.2.2 Noção de parte processual 86

2.2.2.1 Partes processuais como centros de interesse 86

2.2.2.2 Isonomia processual e "paridade de armas" 87

2.2.2.3 Capacidade processual e capacidade postulatória como requisitos do ato de demandar 88

2.2.2.4 O advogado e suas prerrogativas 89

2.2.2.4.1 O direito da parte à participação ativa no processo e a sua representação por advogado 89

2.2.2.4.2 Representação por advogado e capacidade postulatória 90

2.2.2.4.3 As prerrogativas do advogado na defesa dos interesses de seu constituinte 91

2.2.2.5 A Defensoria Pública e sua função institucional 92

2.2.2.6 O Ministério Público como parte e como custos legis 94

2.2.3 Pluralidade de partes: litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros 96

2.2.3.1 Litisconsórcio e suas modalidades. O litisconsórcio multitudinário 96

2.2.3.2 Litisconsórcio *unitário ulterior* e assistência litisconsorcial 98

STJ00098026

2.2.3.3 Litisconsórcio *ativo facultativo ulterior* 99

2.2.3.4 Litisconsórcio *necessário passivo*, incidência do art. 47 do CPC e ausência de requerimento, pelo demandante, de citação daqueles que deveriam figurar como litisconsortes. A intervenção *iussu iudicis* 99

2.2.3.5 Litisconsórcio *necessário* no polo *ativo* e incidência do art. 47 do CPC 100

2.2.3.6 Assistência simples 101

2.2.3.7 Intervenção de pessoa jurídica de direito público, no caso do art. 5.º da Lei 9.469/1997 102

2.2.3.8 *Amicus curiae* e sua intervenção em hipóteses não previstas em Lei 103

2.2.3.9 Denunciação da lide e chamamento ao processo 106

2.2.3.10 Denunciação da lide individual, coletiva e *per saltum*. Possibilidade de vedação de denunciações sucessivas 108

2.2.3.11 Oposição 109

2.2.3.12 Nomeação à autoria 110

2.2.3.13 *Perpetuatio legitimationis*, substituição das partes e sucessão processual 110

Quadro sinóptico 1 – Condição do terceiro, após a intervenção 111

2.2.4 Condições da ação 111

2.2.4.1 Modalidades e função das condições da ação 111

2.2.4.2 Legitimidade ordinária e extraordinária. Legitimidade para as ações coletivas 113

2.2.4.3 Carência de ação e resolução do mérito 114

2.2.5 Espécies de ação 116

2.2.6 Citação 120

2.3 Jurisdição e competência 121

2.3.1 Inércia inicial da jurisdição 121

2.3.2 A jurisdição como pressuposto de existência do processo 121

2.3.3 *Animus judicandi* 122

2.3.4 Imparcialidade do juiz: impedimento e suspeição. Distinção entre imparcialidade, neutralidade e passividade do juiz 122

2.3.5 Jurisdição e competência 123

2.3.6 Limites à jurisdição brasileira. Imunidade de jurisdição 123

2.3.7 Competência absoluta e relativa 125

STJ00098026

2.3.7.1 Repercussão da distinção 125

2.3.7.2 Incompetência relativa e prorrogação da competência 125

2.3.7.3 Necessidade de concessão de tutela de urgência e incompetência absoluta 126

2.3.7.4 Nulidade da decisão proferida por juízo absolutamente incompetente e *translatio iudicii* 126

2.3.7.5 Nulidade de cláusula de eleição de foro e reconhecimento judicial *ex officio* da incompetência relativa 127

2.3.8 Principais questões que envolvem a definição do juízo competente 130

2.3.8.1 Critérios a serem considerados 130

2.3.8.2 *Perpetuatio jurisdictionis*. Validade de sentença proferida antes da modificação de competência absoluta .. 131

2.3.8.3 Prevenção 132

2.3.8.4 Ação relativa a imóvel e a contrato que tenha por objeto direito sobre imóvel 132

2.3.8.5 Ação de desapropriação, competência absoluta e *perpetuatio jurisdictionis* 133

2.3.8.6 Ação indenizatória relativa a danos morais decorrentes de matéria jornalística publicada na internet 133

2.3.8.7 Ação movida por consumidor contra fornecedor 134

2.3.8.8 Ação de indenização proposta por dependente de trabalhador falecido em acidente de trabalho 134

2.3.8.9 Ação que envolve interesse de criança ou adolescente 135

2.3.8.10 Foro especial para a mulher em ações de separação judicial e de conversão da separação judicial em divórcio contra o marido e princípio da isonomia 135

2.3.9 Conflito (explícito e implícito) de competência 136

2.4 Relação entre causas: litispendência, continência e conexão 138

2.4.1 Identificação dos elementos da ação 138

2.4.2 Identidade integral, litispendência e coisa julgada 138

2.4.3 Continência e litispendência parcial: extinção ou reunião de causas 139

2.4.4 Conexão e reunião de causas 140

2.4.5 Conexão por prejudicialidade 141

STJ00098026

2.4.6 Identidade entre pedido e/ou causa de pedir em ações coletivas: litispendência ou conexão? 142

2.5 Atos processuais 142

2.5.1 Noção de ato processual 142

2.5.1.1 Finalidade dos atos processuais 142

2.5.1.2 Forma dos atos processuais e princípio da instrumentalidade 143

2.5.1.3 Publicidade dos atos processuais e segredo de justiça 143

2.5.2 Prática dos atos processuais por meios eletrônicos 143

2.5.3 Atos das partes e ônus processual 144

2.5.4 Atos do órgão jurisdicional 145

2.5.4.1 Atos e pronunciamentos judiciais 145

2.5.4.2 Distinção entre sentença, decisão interlocutória, despacho e "ato meramente ordinatório" 145

2.5.4.3 Os auxiliares da justiça e os atos por eles praticados 147

2.5.5 Preclusão para as partes e preclusão para o juiz. A questão dos prazos impróprios 150

2.5.6 Problemas relativos à observância dos prazos processuais 151

2.5.6.1 Prazos legais e judiciais, peremptórios e dilatórios. Alteração judicial de prazo peremptório e proteção à legítima confiança das partes 151

2.5.6.2 Tempo para a prática dos atos processuais e regra geral para contagem dos prazos 153

2.5.6.3 Observância do horário de expediente forense, mesmo em se tratando de ato a ser praticado via fax 156

2.5.6.4 Diversidade de critérios, em se tratando de apresentação de petição eletrônica 156

2.5.6.5 Prazo em dobro (art. 191 do CPC) e ato a ser praticado por apenas um dos litisconsortes 156

2.5.6.6 Prazo em dobro (art. 191 do CPC) e revelia de um dos corréus 157

2.5.6.7 Incidência do art. 188 do CPC 157

2.5.6.8 Não se cumulam os benefícios referidos nos arts. 188 e 191 do CPC 157

2.5.6.9 Configuração e demonstração da justa causa pela parte e devolução do prazo (art. 183 do CPC) 158

STJ00098026

2.5.6.9.1 Regra geral 158
2.5.6.9.2 Erro nas informações existentes no site do tribunal ou no Diário da Justiça eletrônico. Distinção 158
2.5.6.9.3 Prazo comum e carga dos autos por uma das partes 158
2.5.7 Atos processuais de comunicação 159
2.5.7.1 Citação e intimação 159
2.5.7.2 Intimação eletrônica e "autointimação" 161
2.5.7.3 Cartas 162
2.5.8 Vícios dos atos processuais 163
2.5.8.1 Espécies de vícios processuais 163
2.5.8.2 Princípios relativos aos vícios processuais 164
Fluxograma 1 166

3
Processo (ou fase processual) de conhecimento

3.1 Processo e fase de conhecimento 167
3.2 Procedimentos sincréticos e fases de conhecimento e de execução 168
3.3 Procedimento comum (ordinário e sumário) 169
3.4 Procedimentos especiais, sumário e ordinário: opções do demandante... 170
3.5 Procedimentos especiais, flexibilização e atipicidade dos procedimentos 170
Fluxograma 2 171

4
Procedimento ordinário

4.1 Fases do procedimento ordinário 175
4.2 Ajuizamento e distribuição da ação 176
4.2.1 Importância e função da petição inicial. O princípio dispositivo 176
4.2.2 Petição inicial em sentido formal e substancial. O libelo 176
4.2.3 Forma da petição inicial 176

STJ00098026

4.2.4 Órgão jurisdicional a que é dirigida a petição inicial 177
4.2.5 Partes 177
4.2.6 Causa de pedir 178
4.2.6.1 Causa de pedir próxima e remota 178
4.2.6.2 Teorias da individuação e da substanciação 179
4.2.6.3 Repercussão da adoção da teoria da substanciação no processo civil brasileiro 180
4.2.7 Pedido 181
4.2.7.1 Noções gerais. Princípio da correlação entre pedido e sentença 181
4.2.7.2 Hipóteses em que o juiz não fica limitado ao pedido formulado pela parte 182
4.2.7.3 Pedido certo e determinado. Pedido genérico 183
4.2.7.4 Pedido determinado e condenação genérica 184
4.2.7.5 Cumulação (originária ou superveniente) de ações ... 184
4.2.7.6 Requisitos para a cumulação, adaptabilidade do procedimento e rejeição de apenas parte das ações 185
4.2.7.7 Pedido alternativo e pedido em ordem sucessiva (ou "cumulação" eventual) 186
4.2.8 Valor da causa 187
4.2.9 Indicação de provas 187
4.2.10 Requerimento para a citação do réu 188
4.2.11 Documentos que devem acompanhar a petição inicial 188
4.2.11.1 Documentos indispensáveis (substanciais e fundamentais) 188
4.2.11.2 Produção de prova documental como requisito da petição inicial 189
4.2.11.3 Consequência da não observância do art. 283 do CPC: indeferimento da petição inicial ou preclusão quanto à produção de prova documental? 189
4.2.11.4 Ausência de contestação sobre o fato que deveria ser provado pelo documento não juntado pelo autor 190
4.2.12 Distribuição da ação 190
4.3 Juízo de admissibilidade da ação 191
4.3.1 Juízo de admissibilidade 191

STJ00098026

4.3.2 Emenda da petição inicial (juízo de admissibilidade ordinatório) ... 191
4.3.3 Momento processual de aplicação do art. 284 do CPC ... 192
4.3.4 Necessidade de fundamentação, natureza jurídica e recorribilidade do pronunciamento que determina a emenda da petição inicial ... 192
4.3.5 Juízo de admissibilidade negativo (indeferimento da petição inicial). Hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito e de improcedência do pedido ... 193
4.3.6 Particularmente, o indeferimento da petição inicial em razão da prescrição ... 193
4.3.7 Rejeição imediata do pedido em razão de já terem sido proferidas outras sentenças de improcedência, em ações que tenham idênticos fundamentos (art. 285-A do CPC) ... 194
4.3.8 Diferenças e semelhanças entre as situações previstas nos arts. 285-A e 295, IV, do CPC ... 196
4.3.9 Ausência de indicação na petição inicial das obrigações em torno das quais se litiga e do valor incontroverso (art. 285-B do CPC) ... 197
4.3.10 Juízo de admissibilidade positivo. Inexistência de decisão judicial "implícita". Efeitos do pronunciamento que ordena a citação ... 198
4.3.11 Possibilidade de antecipação dos efeitos da tutela, antes da citação ... 200
4.4 Citação ... 200
4.4.1 Opção por uma das modalidades de citação ... 200
4.4.2 Citação de pessoa jurídica e teoria da aparência ... 201
4.4.3 Ocorrência de citação ficta. Repercussão processual ... 202
4.4.4 Ausência da advertência a que se refere o art. 285 do CPC. Consequências ... 202
4.4.5 Efeitos (processuais e substanciais) da citação ... 203
4.4.6 Citação e dívida alimentar ... 206
4.5 Reações do réu ... 206
4.5.1 Linhas gerais ... 206
4.5.2 Reconhecimento da procedência do pedido ... 206
4.5.3 Inércia do réu, revelia (total e parcial) e seus efeitos ... 208

STJ00098026

4.5.4 Defesa 210

4.5.4.1 Algumas classificações: exceção e objeção, defesa direta e indireta, processual e substancial, peremptória e dilatória 210

4.5.4.2 Contestação 212

4.5.4.2.1 Contestação e manifestação do princípio do contraditório 212

4.5.4.2.2 Contestação e direito de ação 212

4.5.4.2.3 Matérias alegáveis na contestação. O problema da incompetência relativa do foro 213

4.5.4.2.4 Princípio da eventualidade e concentração da defesa 213

4.5.4.2.5 Ônus da impugnação específica 214

4.5.4.2.6 Contestação apresentada intempestivamente. Consequências 215

4.5.4.3 Exceção de incompetência 216

4.5.4.3.1 Apresentação antes ou concomitantemente à contestação 216

4.5.4.3.2 Local em que pode ser protocolizada a exceção 216

4.5.4.3.3 Suspensão do processo com a mera apresentação da exceção 217

4.5.4.3.4 Nulidade dos atos praticados, enquanto suspenso o processo 217

4.5.4.3.5 Julgamento da exceção e retomada do prazo para a apresentação de outras modalidades de resposta, pelo réu 217

4.5.4.4 Exceções de impedimento ou de suspeição 218

4.5.4.5 Requerimento de limitação do número de litisconsortes, no caso de litisconsórcio multitudinário 219

4.5.4.6 Provocação de intervenção de terceiros 219

4.5.4.7 Impugnação ao valor da causa 220

4.5.4.8 Impugnação ao requerimento de benefício de justiça gratuita feito pelo autor 220

4.5.5 Ajuizamento de ação pelo réu contra o autor, no mesmo procedimento 221

STJ00098026

4.5.5.1 Ação autônoma, reconvenção e pedido contraposto.. 221
4.5.5.2 Pedido contraposto e ação dúplice 222
4.5.5.3 Reconvenção e ação declaratória incidental 223
4.5.5.4 Conexão como pressuposto da reconvenção. Diferenças, em relação ao art. 103 do CPC 223
4.5.5.5 Partes na reconvenção, e admissibilidade desta em relação a terceiros 224
4.5.5.6 Ausência de interesse em reconvir, se o mesmo resultado prático puder ser obtido pelo réu através da contestação 224
4.5.5.7 Reconvenção sem contestação 225
4.5.5.8 Outros aspectos procedimentais relativos à reconvenção 225
4.6 Réplica e outras atitudes possíveis do autor, diante da reação do réu 226
4.6.1 Apresentação de defesa indireta (processual ou substancial) e intimação do autor, para apresentação de réplica 226
4.6.2 Possibilidade de emenda da petição inicial, quanto a vícios de natureza formal 227
4.6.3 Apresentação de defesa de mérito direta, acompanhada de documentos, e observância do princípio do contraditório 227
4.6.4 Surgimento de questão prejudicial e ajuizamento de ação declaratória incidental pelo autor 227
4.7 Antecipação dos efeitos da tutela 228
4.7.1 Antecipação dos efeitos da tutela e outras modalidades de tutelas de urgência 228
4.7.2 Fungibilidade entre antecipação dos efeitos da tutela e tutela cautelar 229
4.7.3 Antecipação dos efeitos da tutela sem urgência 230
4.7.4 Requisitos. A questão da irreversibilidade dos efeitos 230
4.7.5 Efetivação da liminar 231
4.7.6 Revogação ou modificação da decisão que antecipa efeitos da tutela. Ausência de preclusão para o juiz 232
4.8 Julgamento antecipado (total *ou parcial*) da lide 232
4.8.1 Ausência de controvérsia sobre fatos 232
4.8.2 O requerimento das partes, para que a causa seja julgada antecipadamente, não vincula o juiz 233

STJ00098026

4.8.3 A revelia nem sempre conduz ao julgamento antecipado da lide 233

4.8.4 Julgamento antecipado parcial da lide. A hipótese do § 6.º do art. 273 do CPC 234

4.8.5 Julgamento antecipado da lide e cerceamento de defesa 235

4.8.6 Revelia e improcedência do pedido 235

4.8.7 Reconhecimento da prescrição ou da decadência e julgamento antecipado da lide 235

4.9 Outras hipóteses de extinção do processo neste momento processual 236

4.10 Audiência preliminar (de conciliação) 236

4.10.1 Inexistência de nulidade, se não realizada a audiência 236

4.10.2 Hipóteses em que pode ser dispensada a audiência 237

4.10.3 Realização de conciliação e proferimento de sentença homologatória. Amplitude do objeto da conciliação 237

4.10.4 Ausência das partes e decisões proferidas pelo juiz na audiência 237

4.11 Saneamento do processo e prosseguimento do feito 238

4.12 Atividade probatória 239

4.12.1 Princípios gerais 239

4.12.1.1 Função da prova e "livre convencimento motivado" do juiz 239

4.12.1.2 Direito à prova e cerceamento de defesa 241

4.12.1.3 Poderes instrutórios do juiz 242

4.12.2 Tipicidade e atipicidade dos meios de prova 243

4.12.2.1 Atipicidade e procedimento de produção da prova 243

4.12.2.2 Provas obtidas por meios ilícitos e provas ilícitas por derivação (ou "teoria dos frutos da árvore envenenada") 243

4.12.2.3 Prova legal e formalidades ad probationem e ad solemnitatem 245

4.12.2.4 Prova por meio eletrônico 245

4.12.2.5 Prova estatística 246

4.12.2.6 Prova por amostragem 247

4.12.3 Objeto da prova 248

4.12.3.1 Fatos jurídicos e fatos simples 248

STJ00098026

4.12.3.2 Fatos que não dependem de prova 249

4.12.3.3 Prova do prejuízo, em ação de indenização por danos morais 250

4.12.4 Ônus da prova 250

4.12.4.1 Repartição do ônus da prova entre as partes e art. 333 do CPC 250

4.12.4.2 Presunções e inversão do ônus da prova. Recusa em realizar o exame de DNA e presunção de paternidade 252

4.12.4.3 Distribuição dinâmica do ônus da prova (teoria das cargas probatorias dinámicas) 253

4.12.4.4 Inversão do ônus da prova em ações referentes a relação de consumo e relativas a danos ambientais. Momento processual adequado 254

4.12.5 Realização da prova 256

4.12.5.1 Proposição, admissão, produção e avaliação das provas 256

4.12.5.2 Realização das provas pré-constituídas 257

4.12.5.3 Realização das provas constituendas 257

4.12.5.4 Peculiaridades da ação cautelar de produção antecipada de provas 258

4.12.6 Problemas atinentes à produção de provas em espécie 259

4.12.6.1 Depoimento pessoal e confissão 259

4.12.6.1.1 Confissão expressa (judicial ou extrajudicial) ou ficta 259

4.12.6.1.2 Relação entre interrogatório, depoimento pessoal e confissão (expressa ou ficta) 259

4.12.6.1.3 Depoimento pessoal de pessoa jurídica, representação por preposto e conhecimento deste sobre os fatos da causa 260

4.12.6.1.4 Ordem em que devem ser tomados os depoimentos pessoais, e precedência destes em relação aos depoimentos testemunhais 260

4.12.6.2 Prova documental 261

4.12.6.2.1 Noção de documento. Documento eletrônico 261

STJ00098026

4.12.6.2.2 Momento da produção da prova documental pelas partes 261

4.12.6.2.3 Exibição *forçada* de documento ou coisa. Modalidades 262

4.12.6.2.4 Prova emprestada, produzida em outro processo, ingressa nos autos como prova documental 262

4.12.6.2.5 Valor probante do documento público... 263

4.12.6.2.6 Valor probante das cópias de documentos e necessidade de autenticação 264

4.12.6.2.7 Fotografias e outras reproduções mecânicas 264

4.12.6.2.8 Gravações de vídeos ou conversas telefônicas por um dos interlocutores, e utilização como prova contra o outro, no processo. Ausência de ilicitude 265

4.12.6.2.9 Ausência de impugnação do documento. Consequências 265

4.12.6.2.10 Arguição da falsidade (material ou ideológica) de documento 265

4.12.6.3 Prova testemunhal 266

4.12.6.3.1 Admissibilidade da prova testemunhal, se existentes outras provas sobre os mesmos fatos 266

4.12.6.3.2 Questões que não admitem prova testemunhal 267

4.12.6.3.3 Ações referentes a obrigações contratuais de valor superior a dez salários mínimos 267

4.12.6.3.4 Pessoas que não podem ser testemunhas e sua oitiva 268

4.12.6.3.5 Prazo para a apresentação do rol de testemunhas 268

4.12.6.3.6 Interrogatório das testemunhas, princípio da imediação do juiz e reperguntas diretas das partes às testemunhas (*direct-examination* e *cross-examination*) 269

4.12.6.3.7 Ausência da testemunha à audiência. Consequências 270

STJ00098026

4.12.6.4 Prova pericial (e científica) 270

4.12.6.4.1 Admissibilidade 270

4.12.6.4.2 Prova pericial e regras de experiência técnica 271

4.12.6.4.3 Prova pericial *simplificada* e inquirição do perito e dos assistentes na audiência. 272

4.12.6.4.4 Qualificação técnica do perito e possibilidade de substituição 272

4.12.6.4.5 Suspeição do perito que funciona como assistente técnico da parte em outra ação 273

4.12.6.4.6 Perda do prazo para a indicação de assistente técnico e de quesitos 273

4.12.6.4.7 Prova científica e art. 436 do CPC. Maior restrição ao "livre convencimento" do juiz, na medida em que menor seja a margem de erro da prova 273

4.12.6.5 Inspeção judicial 274

4.12.7 Audiência de instrução e julgamento 275

4.12.7.1 Necessidade (ou não) de audiência de instrução 275

4.12.7.2 Intimação das partes, para comparecimento à audiência 275

4.12.7.3 Outros cuidados a serem tomados pelo órgão jurisdicional, antes da audiência, e necessidade de adiamento 276

4.12.7.4 Tentativa de conciliação 277

4.12.7.5 Produção das provas 277

4.12.7.6 Debates orais ou apresentação de memoriais 277

4.12.7.7 Prolação da sentença em audiência 278

4.12.7.7.1 Prolação da sentença na audiência ou fora dela 278

4.12.7.7.2 O juiz que encerrou a audiência é o que deverá proferir a sentença (art. 132 do CPC). Princípio da *identidade física do juiz* 279

4.12.7.7.3 Intimação da sentença 280

STJ00098026

4.13 Sentença 280

4.13.1 Conceito de sentença 280

4.13.1.1 A definição legal de sentença (art. 162, § 1.º, do CPC) 280

4.13.1.2 Coincidência, ou não, com o término do procedimento, em primeiro grau de jurisdição 281

4.13.1.3 Conteúdo da sentença. Sentenças processuais (ou "terminativas") e de mérito (ou "definitivas") 283

4.13.1.4 Encerramento do procedimento, nas ações de conhecimento "puras" 284

4.13.1.5 Encerramento da fase cognitiva do processo, nas ações em que a sentença é executiva 285

4.13.1.6 Sentenças parciais, proferidas antes do encerramento das atividades cognitivas, em 1.º grau de jurisdição, e recurso cabível 286

4.13.1.7 Relevância prática da distinção entre a sentença referida no art. 475-J e as mencionadas nos arts. 461 e 461-A do CPC 287

4.13.2 Elementos da sentença 289

4.13.2.1 Requisitos e elementos da sentença 289

4.13.2.2 Relatório 289

4.13.2.3 Motivação 290

4.13.2.4 O papel dos precedentes jurisprudenciais na fundamentação. *Distinguishing e overruling* 290

4.13.2.5 Análise lógica das questões prévias (preliminares e prejudiciais) e subordinadas 292

4.13.2.6 Sentença sem fundamentação 293

4.13.2.7 Fundamentação implícita: ausência de motivação 293

4.13.2.8 Fundamentação concisa, mas suficiente 293

4.13.2.9 Motivação *per relationem* (ou aliunde) 294

4.13.2.10 Dispositivo (art. 458, inciso III do CPC) 295

4.13.3 Correlação entre pedido (e causa de pedir) e sentença 296

4.13.3.1 Sentenças *infra*, *ultra* ou *extra petita* 296

4.13.3.2 Juros e correção monetária. Hipóteses em que pode haver julgamento *extra petita* 297

STJ00098026

4.13.3.3 Inexistência de julgamento extra ou ultra petita, em ação de desapropriação, quando o valor identificado na perícia supera o fixado no pedido 297

4.13.4 Possibilidade de alteração da sentença, pelo próprio juízo que a proferiu 298

4.13.4.1 As hipóteses descritas no art. 463 do CPC 298

4.13.4.2 Juízo de retratação 299

4.13.5 Sentenças juridicamente inexistentes, nulas e rescindíveis 299

4.14 Coisa julgada 300

4.14.1 Coisa julgada e imutabilidade do comando sentencial 300

4.14.2 Coisa julgada e segurança jurídica 302

4.14.3 Pronunciamentos judiciais que não transitam em julgado e pronunciamentos que, embora tenham transitado em julgado, podem ser rescindidos 302

4.14.4 Teorias substantiva e processual da coisa julgada 303

4.14.5 Vinculação das partes aos efeitos da sentença transitada em julgado 305

4.14.6 Função negativa da coisa julgada 306

4.14.7 Coisa julgada *pro et contra, secundum eventum probationis* e *secundum eventum litis* 306

4.14.8 Limites objetivos da coisa julgada 307

4.14.8.1 Restrição da coisa julgada ao dispositivo da sentença. 307

4.14.8.2 Coisa julgada, *obiter dicta* e *ratio decidendi*. Transcendência dos motivos determinantes 308

4.14.9 Juros e correção monetária: alteração dos critérios fixados judicialmente e fixação, em caso de omissão da sentença 310

4.14.10 Coisa julgada e relação jurídica continuativa. Ações de alimentos e tributárias 310

4.14.11 Distinção entre coisa julgada formal e material. Eficácia preclusiva e coisa julgada 312

4.14.12 Princípio do dedutível e do deduzido 313

4.14.13 Coisa julgada e pedido não decidido 313

4.14.14 Limites subjetivos da coisa julgada 315

4.14.15 Coisa julgada e ação de paternidade 316

4.15 Cumprimento de sentença 316

STJ00098026

4.15.1 Distinção entre cumprimento e execução de sentença 316

4.15.2 Cumprimento de sentença condenatória e de sentença homologatória. Distinção 317

4.15.3 Distinção entre a multa prevista no art. 475-J do CPC e outras multas 318

4.15.4 Incidência e cobrança da multa referida no art. 475-J do CPC. Distinção 319

4.15.5 Termo inicial do prazo a que se refere o art. 475-J do CPC para o cumprimento da sentença 319

Fluxograma 3 321

Fluxograma 4 322

5
Procedimento sumário

5.1 Relação entre o procedimento sumário e outros procedimentos, especialmente o comum ordinário 324

5.1.1 Procedimento comum sumário e procedimentos especiais 324

5.1.2 Aplicação supletiva das regras do procedimento ordinário ao procedimento sumário 324

5.1.3 Ausência de liberdade de escolha entre os procedimentos ordinário e sumário 325

5.1.4 Adoção do procedimento ordinário ao invés do sumário, em razão do acúmulo de processos e da inviabilidade de realização de audiência referida no art. 277 no prazo legal 326

5.1.5 Conversão do procedimento sumário em ordinário 326

5.2 Admissibilidade do procedimento sumário 327

5.2.1 Procedimento sumário em razão do valor da causa 327

5.2.2 Procedimento sumário em razão da matéria 328

5.3 Petição inicial 328

5.3.1 Indicação das provas, apresentação do rol de testemunhas e requerimento de perícia 328

5.3.2 Cumulação de pedidos 329

5.4 Citação, advertência a que se refere o art. 277 do CPC e revelia 330

STJ00098026

5.5 Resposta do réu e réplica do autor 330

5.5.1 Não realização da citação no prazo referido no art. 277, *caput*, do CPC e adiamento da audiência 330

5.5.2 Comparecimento do advogado da parte, mas não desta, à audiência de conciliação 331

5.5.3 Obtenção da conciliação 331

5.5.4 Resposta do réu, revelia e pedido contraposto 331

5.5.5 Inadmissibilidade de ação declaratória incidental e alternativas possíveis 333

5.5.6 Exceção de incompetência e aplicação do art. 305, parágrafo único do CPC, no procedimento sumário 333

5.5.7 Inadmissibilidade, como regra, de intervenção de terceiros. Exceções 334

5.5.8 Réplica do autor 334

5.6 Atividade probatória 334

5.7 Prolação da sentença. Hipóteses em que a sentença deve ser obrigatoriamente líquida 335

Bibliografia 337

Índice alfabético-remissivo 363

Outras obras dos autores 377